

ABORTO Desafios Ocultos: As consequências do Aborto Clandestino.

Autor(res)

Henrique Gomes Boabaid
Juliana Pereira Mota
Gabriel Rodrigues Das Neves
Daniela Furtado Das Neves Lopes

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

O que é o aborto? É a interrupção da gravidez, resultante da remoção de um feto ou embrião antes de este ter a capacidade de sobreviver fora do útero. Um aborto com interrupção involuntária, denomina-se aborto espontâneo. O aborto, caracterizado pela interrupção da gravidez antes da viabilidade do feto fora do útero, é um tema que transcende os domínios médicos, éticos, legais e sociais. No contexto brasileiro, o Código Penal estabelece parâmetros para a prática, delimitando situações específicas em que é legal. Todavia, a busca por procedimentos clandestinos persiste, expondo as mulheres a riscos significativos à saúde.

Objetivo

Este trabalho busca evidenciar as consequências do aborto clandestino, enfocando os desafios que as mulheres enfrentam quando submetidas a práticas inseguras.

Material e Métodos

Para elaboração deste trabalho, foram realizadas pesquisas que basearam-se na análise dos artigos do Código Penal relacionados ao aborto e na consulta a artigos acadêmicos e sites jurídicos, buscando embasar as reflexões em dados legais e científicos. A discussão foi elaborada considerando as consequências do aborto clandestino, sobretudo no que diz respeito aos riscos à saúde física das mulheres.

Resultados e Discussão

O código Penal estabelece duas hipóteses em que o aborto não é considerado crime: quando a gravidez representa risco de vida para a gestante ou quando é resultado de estupro. O aborto ilegal, portanto, refere-se a procedimentos de interrupção da gravidez que são realizados fora das condições permitidas pela lei. O código penal é taxativo ao estabelecer que a prática de aborto induzido é considerado crime contra a vida humana, o que não impede que seja realizado. Mulheres buscam por clínicas clandestinas de aborto diariamente e esta prática fora do ambiente hospitalar, muitas vezes em condições precárias, pode gerar graves consequências como infecções, hemorragias, lesões nos órgãos, complicações ou até mesmo impossibilidade de uma nova gestação. Quando analisamos essa temática sob a ótica da saúde pública, emergem benefícios significativos que

repercutem positivamente no bem-estar das mulheres e na eficácia dos sistemas de saúde.

Conclusão

Quando analisamos essa temática sob a ótica da saúde pública, emergem benefícios que repercutem positivamente no bem-estar das mulheres e na eficácia dos sistemas de saúde. A legalização do aborto atua como uma estratégia na redução de abortos, frequentemente realizados em ambientes não controlados e por profissionais sem a devida qualificação. Ao regulamentar esse procedimento, é possível estabelecer padrões de segurança que minimizam riscos médicos, além da diminuição da mortalidade materna.

Referências

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. <https://www.brasilefato.com.br/2022/12/04/aborto-ciencia-e-mortalidade-materna> Internações relacionadas a aborto no Brasil: <https://datasus.saude.gov.br/> BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte especial: crimes contra a pessoa – arts. 121 a 154-B. v.2. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.